

## **CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA: O IDEAL DA PRIVATIZAÇÃO E O REBATIMENTO SOBRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO.**

Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso  
Doutoranda do Progradama de Pós Graduação em Geografia – UFRJ.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

### 1. Contextualização política.

O neoliberalismo surge como tentativa de contenção da crise de acumulação, iniciada na década de 1970, além de ser considerada uma forma de contenção dos ideais socialistas e socialdemocratas, que se generalizavam tanto na periferia quanto no centro do capitalismo. Ideais estes oriundos da teoria marxista, no primeiro caso, e keynesianas, no segundo caso. Embora com objetivos radicalmente distintos, as duas teorias tinham métodos semelhantes, a saber, a intervenção do Estado na economia.

Harvey (2008) afirma que o Estado de bem estar social, como ficou conhecido o conjunto de políticas keynesianas, tinha como pressuposto assegurar altas taxas de crescimento econômico, pelo menos nos países de capitalismo avançado. O principal objetivo desta política foi apoiar a superação dos impactos da crise de 1929. No entanto, as políticas econômicas, que se apoiaram neste modelo, não conseguiram avançar substancialmente, em sua propagação em escala mundial. Em outras palavras, este conjunto de políticas não foi capaz de conter o desenvolvimento geográfico desigual<sup>1</sup> e, tampouco, a grande crise de acumulação que iria acometer os países centrais já na década de 1970, como dito acima.

A crise de acumulação da década de 1970 significou aumento do desemprego e altas taxas de inflação. Todas as classes sociais foram afetadas em maior ou menor grau. Mas, ainda segundo Harvey (idem), a insatisfação gerada pela crise possibilitou o surgimento de governos e lideranças socialistas em todo o mundo, fazendo com que as classes mais abastadas se sentissem ameaçadas. A forma encontrada por elas para se proteger desta onda socializante apoiava-se em atitudes ditatoriais. Na América Latina, embora em momentos políticos distintos, no Chile, Argentina e Brasil, as elites domésticas foram coadjuvantes na tomada do poder pelos militares, apoiados pelos Estados Unidos da América.

Nesse sentido, apoiando-nos em autores como Harvey (2008), Boito Jr (2003) e Antunes

---

1 Expressão utilizada por Harvey (2008) para designar a diversidade de situações econômicas e sociais geradas a partir da ascensão do neoliberalismo. Através desta expressão, conseguimos observar que existem diferentes níveis de adoção da ajuda neoliberal.

(2010), observamos que os propósitos do neoliberalismo incluem a fidelidade e defesa dos interesses das elites econômicas, ao se aumentar substancialmente o número de privatizações de empresas, bem como, de facilitar a entrada de capitais especulativos, obedecendo, assim, à dinâmica financeira das grandes empresas. Tais características contribuíram para a redução dos poderes do Estado sobre a economia, reservando sua atuação apenas em momentos de crise aguda do sistema. Neste período, o Estado passa ter sua atuação minimizada, tendo acesso apenas aos seguintes setores: educação, segurança e saúde.

Vale destacar que o Estado não deixa de existir, pois mesmo diante de sua atuação mínima, desempenha papéis fundamentais para a existência do capitalismo. Santos (2003) nos auxilia a entender este jogo político ao deixar claro que não se trata de uma completa ausência do Estado. Ele apenas se omite quando o que está em jogo são os interesses da população e se torna mais ágil e forte quando se trata dos interesses das grandes corporações, ou seja, se torna ativo diante dos interesses da elite econômica. Corroborando esta reflexão, Harvey (ibidem) apresenta a célebre frase de Margareth Thatcher ao se referir ao fundamento da ideologia neoliberal: “A sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais, e suas famílias”.

Assim, a partir do amplo convencimento das nações subdesenvolvidas, a ortodoxia neoliberal se consolida, dando início a mudanças, que aprofundaram o fosso entre as classes sociais contribuindo, dessa forma, para o advento de uma era de perda de direitos trabalhistas, privilégios do grande capital, aumento do desemprego e, principalmente, perda da soberania nacional, ao promover a privatização de empresas estratégicas, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Além desses processos, neste momento da globalização neoliberal, a dinâmica empresarial também sofre alterações, isto é, observamos uma tendência a fusões de grandes empresas e a formação de trustes, ou seja, empresas que buscam controlar todos os setores da produção, o que lhes confere garantias de sobrelucro e grande capacidade de influenciar processos políticos (HARVEY, 2008).

Por esta razão, Santos (idem) argumenta que a política agora é feita no mercado e, de modo inverso, a política praticada no mercado equivale à decretação de morte da política, uma vez que esta deve ser pensada para o conjunto da sociedade e não para indivíduos (SANTOS, 2003:67). Nesta perspectiva, observamos que o Estado passa a estar a serviço do grande capital<sup>2</sup>, favorecendo a elite dominante em detrimento da maioria, que sofre o impacto da expansão das empresas multinacionais, que buscam, a partir deste momento, as periferias do capitalismo, por apresentarem condições mais competitivas de produção para os capitalistas.

---

2 Alguns autores como Miliband (1978), Lênin ([1918] 2007) e Harvey (2006) vão além, pois argumentam que o Estado alega que sua política é feita e executada em nome de todos, mas na verdade, ela é pensada apenas para a classe dominante, sem que as classes hegemônicas se dêem conta disso; e por isso, concluem, o Estado é a classe dominante.

## 2. Situação das Universidades Públicas Brasileiras.

As Instituições Federais de Ensino (IFE) foram alvo de políticas de cunho privatizante nas últimas duas décadas. O Brasil, assim como outros países latinoamericanos, participaram do Consenso de Washington, em 1989. Nesse evento, economistas e especialistas forneceram a receita para que estes países saíssem rapidamente da crise econômica em que estavam, a saber, a implantação do projeto neoliberal.

As décadas de 1990 e dos anos 2000 representaram períodos de maiores transformações dentro das universidades e no mundo do trabalho como um todo. De modo mais emblemático, podemos citar a Reforma da Previdência, em curso desde o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Nela, se intencionou criar um fundo de reserva na Previdência para atender benefícios futuros, a partir de uma emenda constitucional, a emenda 20, de 1998, que se transformou no último artigo da Constituição, artigo 250. Embora a lei nunca tenha sido regulamentada, os governos subsequentes retornam a ela quando se há uma crise de conjuntura. Mais recentemente, outras leis foram promulgadas, em uma evidente retirada de direitos trabalhistas, como a constituição de Fundos de Previdência Privados (em âmbito federal e estadual) e também, na ameaça das diversas carreiras do funcionalismo público, através da ampliação das terceirizações (PLC 30/2015, que versa sobre as terceirizações de atividades-fim).

Desse modo, desde a inserção da doutrina neoliberal no Brasil (fins da década de 1980 e início da década de 1990), está em curso sucessivos ataques aos direitos trabalhistas em geral, mas sobretudo aos funcionários públicos. Nas universidades federais tal fato não seria diferente. São notórias as perdas de direitos nas carreiras docentes e de técnico administrativos, que aliás é a mais ameaçada de extinção. No caso de docentes, as perdas se relacionam à impossibilidade de se aposentar integralmente pelo Regime Jurídico Único (RJU), já que há a necessidade de aderir a um fundo de previdência privado (FUNPRESP); como também, as perdas de direito sobre pensão por morte e auxílio doença, retirando arbitrariamente direitos historicamente conquistados. Dizemos que a carreira dos técnico-administrativos está em extinção, pois serviços considerados “base” da carreira (cozinha, limpeza, segurança e motoristas) em sua maioria são ocupados por empregados de empresas terceirizadas. E esta é uma tendência para que outras profissões da carreira sejam sumariamente terceirizadas também, como, por exemplo, a parte administrativa e de escritório.

Tendemos, portanto, a concordar com diversos autores que sustentam que a terceirização é umas das piores formas de exploração do trabalhador, retirando aquilo que é mais digno da condição humana, a possibilidade de enxergar sentido na vida de quem vive do trabalho (ANTUNES, 2010; DRUCK, 2011; ALVES, 2000). São estes mesmos autores que evidenciam que a agudização das formas de exploração do trabalho estão intimamente relacionadas aos períodos de crise conjuntural do capital. Os países ao apresentarem instabilidade econômica grave, “descontam” no trabalhador, retirando-lhes direitos e benefícios, a fim de garantir que outras parcelas da sociedade (bancos e grandes empresas) permaneçam com suas receitas em dia.

### 3. Resistência da Classe Trabalhadora pertencente às IFE.

Desde a sua fundação em 1981, primeiro como Associação e depois da promulgação da Constituição de 1988, como Sindicato Nacional, o ANDES-SN somou um total de 19 greves da categoria (sendo uma média de uma greve por ano, nos anos 1980/1990; havendo um hiato maior entre os anos de 2005-2012). Todas estas greves são resultado de longos debates e de maior conscientização da categoria acerca das perdas materiais e imateriais a que estavam expostos. Não há dúvidas que as duas últimas greves (2012 e 2015) tiveram características semelhantes. Primeiro pela extensão (125 e 131 dias, respectivamente) e depois pelo baixo atendimento das pautas, evidenciando as dificuldades de diálogo do sindicato nacional com o governo (Ministério da Educação – MEC e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG) (ANDES,2015).

Outra característica interessante destas foi a sua espacialização. Principalmente na última greve (2015), as universidades que prontamente aderiram ao movimento paredista foram aquelas localizadas nas regiões norte e nordeste. Este fato é importante, pois evidencia que nestas regiões o processo de expansão foi mais marcante. Configurando, portanto, o cenário brasileiro já conhecido, em que políticas públicas destinadas a estas regiões não são prioritárias. Há a combinação de dois elementos perversos: ampliação do número de vagas discente em descompasso com a oferta de vagas para docentes, bem como de infra estrutura adequada nestas IFE. O resultado é sem dúvida, um local onde ensino e condições de trabalho são extremamente precários.

### 4. Conclusão.

A terceirização das atividades fim, como o ensino, por exemplo, representam um enorme retrocesso nas políticas educacionais brasileiras. A tentativa de universalização do acesso não acompanhou o desenvolvimento de pessoal das IFE, promovendo um verdadeiro descompasso entre o excessivo número de alunos para o reduzido número de professores concursados. Isso sem falar na assistência estudantil e na infra estrutura técnica para atender a este alunado, ou seja, o aluno consegue se matricular na universidade, mas não consegue se manter nela, pois faltam alojamentos, restaurantes e programas institucionais de bolsa. Além disso, é frequente a reclamação de falta de equipamentos e materiais básicos para determinadas cursos.

Em um momento de crise econômica e política, como este que vivemos, a classe trabalhadora é a maior impactada pelas políticas de austeridade e corte de gastos. Observa-se claramente os lentos passos da doutrina neoliberal no Brasil, que segue privatizando o ensino público, a saúde e tantos outros serviços essenciais para a reprodução da classe trabalhadora. Se esta não possuir as condições materiais básicas para ao menos se reproduzir, como o capital irá se manter? Marx nunca foi tão atual: “Trabalhadores” do mundo, uni-vos!

Bibliografia:

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Contexto, 2010.

ANTUNES, R.; DRUCK, M.G. A terceirização como regra? **Revista do tribunal Superior do Trabalho**, v.79, p.214-213, 2013.

BOITO Jr., Armando. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. In: **Revista Crítica Marxista**, n.17, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo**. História e Implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

\_\_\_\_\_. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 2007

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002, 1996.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. A questão: o uso do território. In: SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XX**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**, Rio de Janeiro: Redord, 2003.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do Geógrafo do Terceiro Mundo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pobreza Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2009a.

Correio eletrônico: isabellavitoria.pedroso@gmail.com